

O Tema Movimentos Sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no serviço social na primeira década do milênio

Edaléa Maria Ribeiro¹
Bárbara Schuelter²

***Resumo:** O presente trabalho é resultado parcial de pesquisa realizada pelo MOSCOPSS – Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social – do Departamento de Serviço Social da UFSC. Apresenta o resultado quantitativo quanto à presença da temática movimentos sociais nos primeiros dez anos do milênio em trabalhos publicados nos eventos promovidos pela categoria profissional: os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS). Os dados coletados permitem afirmar que o tema não desapareceu por completo nesses espaços de socialização do conhecimento no serviço social, ainda que a profissão tenha tido um distanciamento profundo em relação ao mesmo, fruto das referências teóricas que orientaram as reflexões do tema na profissão.*

***Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Serviço Social; Produção do Conhecimento e Socialização.*

Introdução

Em fins dos anos 70 e ao longo dos anos 80 do século XX vimos os “movimentos sociais” constituírem-se tanto espaços sócio-ocupacionais do serviço social quanto tema de reflexão e debate da categoria, face a profunda vinculação com

¹ Professora do Departamento do Serviço Social na UFSC, Mestre (1992) e Doutora (2004) em Serviço social pela PUCSP e Líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social (MOSCOPSS) do Programa de Pós graduação em Serviço social da UFSC. Integrante do NEMOS/PUCSP. Endereço eletrônico: emribeiro@cse.ufsc.br

² Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSC e bolsista do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social MOSCOPSS. barbaraschuelter@gmail.com

estes. Tratou-se de um momento conjuntural ímpar vivido no cenário brasileiro, com o fim da ditadura militar e a perspectiva de construção de um amplo processo de redemocratização do país.

Vivia-se na profissão um período de renovação, marcado por diferentes tendências, que se convencionou chamar “reconceituação”. O encontro do serviço social com os movimentos sociais, no espaço acadêmico, se caracterizou pela negação do desenvolvimento de comunidade já que, para os profissionais da época, tratava-se de perspectivas completamente antagônicas.

Entretanto, pela importância desses como sujeitos coletivos fundamentais na re-construção do processo democrático do país, e os mesmos se constituindo campo de atuação profissional e de inúmeras experiências de universidades junto aos movimentos de bairro, CEB's e outros, em 1982, quando é aprovado pela então ABESS o novo currículo mínimo tendo como eixo a perspectiva crítica, reintroduz-se a disciplina desenvolvimento de comunidade, ainda que com conteúdo de movimentos sociais, dando ênfase à educação popular, a pesquisa e observação participantes.

É fato que esta re-edição foi problemática (Wanderley, 1993), tanto que a disciplina desaparece das Diretrizes Curriculares de 1996, apesar do debate efetuado por aqueles (poucos) que defendiam a necessidade do tema ser mais aprofundado pelo serviço social, já que a dimensão do coletivo não deixara de existir no exercício profissional.

Na segunda metade dos anos 90 o tema movimentos sociais perde centralidade no debate, sendo “a bola da vez” os conselhos de direitos e de políticas, em que pese *os Pressupostos da Formação Profissional contidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS*, com o núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira as Diretrizes indicando a necessidade do “conhecimento, em profundidade, do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo”; das suas condições de vida e

trabalho; das suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; das formas de luta e de organização; das suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou insubordinação que explicitam modos de ver e pensar desses sujeitos (ABEPSS, 1996, p.12).

Também o Código de Ética do Assistente Social, um dos pilares do projeto ético político da profissão aprovado pela categoria na primeira metade dos anos 1990, já previa nos seus princípios **fundamentais**,

[...] o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993).

Este mesmo Código de Ética, no capítulo IV, dizia ser direito do Assistente Social o apoio aos movimentos sociais e organizações populares, assim como se constituía num dever o respeito à autonomia desses:

Artigo 12º - Constituem direitos do Assistente Social:

b. apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Artigo 13º - São deveres do Assistente Social:

c. respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Entretanto, há que se destacar, que este apoio e/ou participação em movimentos sociais assinalado no Código de

Ética não implicava ou não tem, necessariamente, uma vinculação direta com o exercício profissional, tratando-se de um princípio ético-político que o orienta.

É somente na Lei no 8.662/93, que regulamenta a profissão, que encontramos uma clara referência do exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos. De acordo com a referida lei é competência do Assistente Social “*prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade*”.

Entretanto, ao longo dos anos 90, o movimento feito pela categoria foi o de distanciamento dos movimentos sociais e de suas lutas sociais, seja pela centralidade que se colocava para a profissão a efetivação dos conselhos de direitos, seja pela referência de análises teóricas e o discurso das esquerdas que apontavam para o encolhimento e fragilização da sociedade civil na luta pela qualidade das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais e do trabalho, bem como o “isolamento” dos sindicatos e movimentos sociais (principalmente os movimentos sociais urbanos), através da desqualificação e/ou anulação da sua capacidade de luta e resistência.

Tal distanciamento se materializou tanto em termos de socialização e divulgação de conhecimento, quanto de experiências concretas de exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos.

Em pesquisa efetuada junto a anais publicizados pelos espaços de socialização do conhecimento no serviço social – Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço social (ENPESS) – constatou-se que do total de 5.439 trabalhos publicados na primeira década de 2000 (2000-2009), apenas 2,35% (128) trataram do tema movimentos sociais. Em que pese este distanciamento, os dados nos permite afirmar que o tema não desapareceu por completo nos eventos promovidos pela categoria profissional.

Profissionais, docentes e estudiosos do serviço social continuam insistindo na temática na medida em que novos desafios, novas exigências se colocam para uma profissão que se entende inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, numa realidade social que vivencia profunda transformação, fruto dos novos processos flexibilizadores do mercado de trabalho e da reforma do Estado Brasileiro, cujo impacto não só atinge seu exercício profissional, mas seu próprio processo de formação.

Entender como este segmento da categoria profissional vem refletindo o protagonismo dos movimentos sociais num contexto de complexas transformações societárias, as implicações disto para a profissão – já que o serviço social inserido neste processo contraditório é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social³ – é desafio urgente.

Logo, o que se colocou como problema de pesquisa foi a necessidade de identificar e compreender qual o tratamento dado ao tema, neste período de tempo: qual a discussão central dos trabalhos divulgados? Qual a origem dos estudos? Resultado de pesquisas de dissertação ou tese de pós-graduação? Foram temas de estudos de grupos de pesquisa? Ou foram temas gerados pelo cotidiano de exercício profissional? Tratou-se de uma discussão teórica? De relatos individuais de práticas? De reflexões do tema na formação profissional? Quais autores influenciaram a produção do serviço social neste período? E finalmente, quais os avanços produzidos na relação serviço social – movimentos sociais?

Foram analisados os trabalhos publicados no X, XI e XII CBAS, bem como os publicados nos VII, VIII, IX, X e XI ENPESS. Abaixo apresentamos os resultados parciais e as reflexões iniciais pertinentes ao **propósito do estudo**.

³ Destacamos aqui que a compreensão da questão social é indissociável *tanto* das configurações assumidas pelo trabalho *quanto* da arena de disputas entre projetos societários explicitados por distintos interesses de classes, projetos estes expressos nas bandeiras de lutas dos movimentos sociais

Um panorama da divulgação e socialização do conhecimento acerca do tema *Movimentos Sociais* a partir de eventos significativos da categoria profissional

Abaixo apresentamos um panorama quantitativo da divulgação e socialização do conhecimento sobre o tema movimentos sociais, a partir dos CBAS e ENPESS. Ao buscarmos inicialmente dados de natureza quantitativa sobre o número de trabalhos apresentados ao longo de 2000-2009, este dado corrobora a afirmação anteriormente explicitada: ao longo desta primeira década de 2000, a categoria permaneceu afastada do tema movimentos sociais.

Tabela 1. Total de trabalhos publicados em Congressos da Categoria sobre Movimentos Sociais

ENCONTROS	NUMERO TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV.SOCIAIS	%
CBAS	2.711	73	2,69
ENPESS	2.728	55	2,00
Total	5.439	128	2,35

Conforme indica a tabela 1, de imediato os dados nos informam que ao longo dos anos 2000-09 *Movimentos Sociais* permaneceu não sendo um tema prioritário para a profissão, basta ver que ao longo do período, do total de trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS (5.439), apenas 2,35% (128) trataram da temática.

Os temas que mobilizaram a categoria disseram respeito às políticas sociais, em especial previdência, saúde e assistência, seguido de temas como: trabalho e formação profissional; Infância, juventude, velhice; estado e democracia.

Quando olhamos separadamente cada evento, como os CBAS acontecidos entre os anos de 2001 e 2007, percebemos

uma pequena variação no número de trabalhos aprovados e publicados, como nos informa a tabela 2.

Tabela 2. Total de trabalhos publicados nos X, XI e XII CBAS – 2001, 2004, 2007

CBAS	NUMERO DE TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
X	784	34	4,33
XI	1.076	12	1,11
XII	851	27	3,17
Total	2.711	73	2,69

Nos CBAS, do total de 2.711 trabalhos aprovados e publicados, apenas 2,69% trataram do tema. Se em 2001 eles expressaram 4,33%, no encontro que segue tivemos uma redução significativa (1,11%), só voltando a aumentar em 2007 (3,17%).

Poderíamos considerar como fator de peso o local dos eventos. Em 2001, o CBAS foi realizado no Rio de Janeiro, em 2004 em Fortaleza, e o de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu. Entretanto, entendemos este elemento pouco significativo, já que a aprovação e publicação não implicam na obrigatoriedade da apresentação do trabalho por parte do autor, visto que o condicionante para a publicação é o pagamento da inscrição e não a presença do autor no evento.

Observando os dados dos ENPESS acontecidos entre 2000 e 2008 a tabela 3 nos informa que:

Tabela 3. Total de trabalhos publicados nos VII, VIII, IX, X, XI ENPESS – 2000, 2002, 2004, 2006, 2008

ENPESS	NUMERO TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV.SOCIAIS	%
VII	230	05	2,17
VIII	427	05	1,17

IX	540	11	2,03
X	745	11	1,5
XI	786	23	3,0
Total	2.728	55	2,0

Em se tratando dos ENPESSE acontecidos ao longo dos anos 2000-08, os dados nos informam que a presença de trabalhos sobre o tema movimentos sociais é respectivamente 2,17%; 1,17%; 2,03%; 1,5%; 3,0%. Ainda chama a atenção o fato de que nos anos 2002 (VIII) e 2006 (X), o número de trabalhos apresentados foi praticamente metade, seja do encontro anterior, seja do posterior.

Quando comparamos o total de trabalhos dos CBAS com os ENPESSE ao longo dos eventos, verificamos uma preocupação maior da categoria profissional no exercício efetivo da profissão no que diz respeito à divulgação e socialização desta produção do que com a produção da academia, ainda que no geral a porcentagem dos trabalhos publicados sejam relativamente semelhantes.

Um dado que merece reflexão, considerando que os ENPESSE se constituem Encontros de Pesquisadores em Serviço social, é que o número de Pós-Graduações no Brasil no início do milênio somavam mais de 15 programas. Se pegarmos os dados constantes no DATACAPES período 1998-2002, quanto à produção discente nos programas de Pós Graduação na área de Serviço Social (indicações de eixos temáticos a partir de teses de doutorado e dissertações de mestrado) constataremos que as temáticas Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente, e Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente tiveram uma produção de 10,27% e 3,82% respectivamente (Carvalho, Silva e Silva, 2005:93).

A partir desses dados, verifica-se que o tema é significativo em termos de objeto de pesquisa, mas não o é nos espaços de divulgação e socialização da categoria profissional,

onde a primazia continua sendo o tripé da seguridade e mais recentemente, **trabalho**.

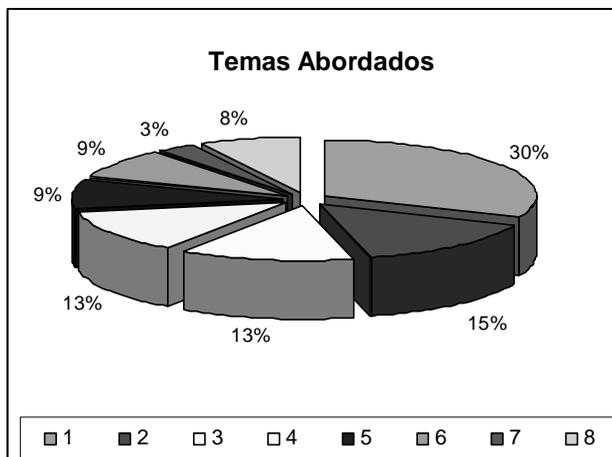
Outra reflexão pertinente é quando pensamos estes dados na relação com a Pós - Graduação e a produção de conhecimento em serviço social. Segundo Carvalho e Silva e Silva (2005, p. 89), a partir de informações coletadas junto à CAPES/MEC 2004, a incidência da temática *Movimentos sociais/processos organizativos/associativismo/sujeitos sociais* presente nas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social ocupa o 5º lugar em temáticas mais prevalentes (14 indicações), de um total de 17 temáticas.

Se compararmos as produções apresentadas nos CBAS e ENPESS (2,35%) com os dados apresentados pelas professoras pesquisadoras Carvalho e Silva e Silva (2005), veremos, pois, a profunda lacuna entre o que se produz na academia e o que chega aos espaços legítimos de divulgação e socialização de conhecimento da categoria.

O questionamento que fica é: por que um tema que ocupa um espaço de significativa prevalência na academia não consegue visibilidade correspondente nos espaços de divulgação e socialização da categoria? Quais os elementos impeditivos desta possibilidade?

O tratamento dado ao tema nos trabalhos publicados em CBAS e ENPESS

Uma segunda preocupação expressa na pesquisa foi, a partir da identificação dos trabalhos, identificar os recortes do tema efetuados pelos autores. Analisando os 128 trabalhos, identificamos 08 grandes temas:



Quadro 1. Temas abordados

1. Movimentos sociais urbanos: a luta pela democracia participativa no acesso à cidade (40 trabalhos)
2. Movimentos sociais – gênero/geração/minorias (19 trabalhos)
3. A relação serviço social - movimentos sociais (18 trabalhos)
4. Movimentos sociais no campo: sujeitos, trajetórias, organização, projeto político (16 trabalhos)
5. Movimentos sociais: trajetórias, desafios (11 trabalhos)
6. Movimento sindical e a realidade atual (11 trabalhos)
7. Movimentos sociais e Ong's – um debate em aberto (04 trabalhos)
8. Outros (09 trabalhos)

Os dados quantitativos acima evidenciam uma preocupação importante para o serviço social - os movimentos sociais urbanos e suas lutas. Também a temática geracional/gênero/minorias é um tema de profunda relevância.

Mas o grande destaque é que apenas 13% destes autores (18) estão preocupados com a relação serviço social –

movimentos sociais. Isto nos leva supor que persiste na profissão uma dificuldade de aproximação de exercício profissional junto a movimentos sociais, ou, tão grave quanto isto, nossa dificuldade em explicitar como vem se dando esta aproximação. Sabemos a carência de produções acerca do fazer profissional, como se a sistematização, o pensar e exercício profissional naquilo que lhe é próprio, fosse algo de menor valor ou “um retorno ao conservadorismo” como muitas vezes escutam os colegas.

As fontes de referência dos autores dos trabalhos

Com relação às fontes que fundamentam a construção teórica dos trabalhos apresentados identificamos cinco dos autores mais citados, do Serviço Social e de outras áreas acadêmicas.

Na sistematização dos dados foram desconsiderados dois documentos que fundamentaram os trabalhos em geral: a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Código de Ética do Assistente Social.

Assim, em se tratando de referência no serviço social temos: José Paulo Netto (1990, 1996, 1998, 1999), Maria Ozanira da Silva e Silva (1995), Marilda Vilela Iamamoto (1985, 1992, 1998, 1999, 2002, 2003, 2004), Maria Lúcia Martinelli (1993, 1998, 1999) e Carlos Montañó (2002, 2005).

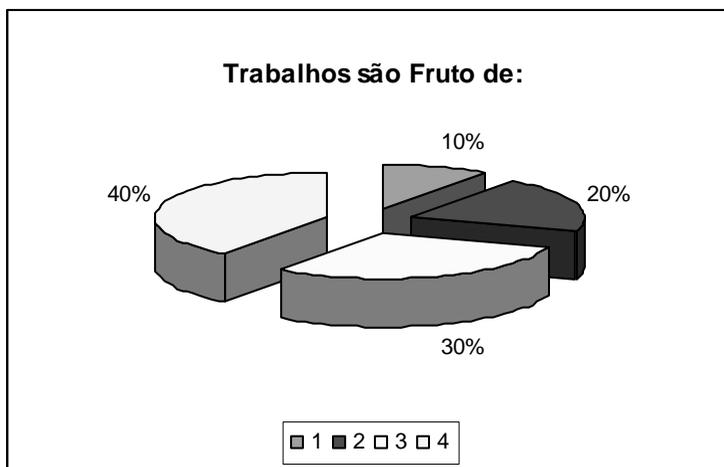
Com relação aos autores das outras áreas, destacam-se os autores da área da sociologia: Maria da Glória Gohn (1982, 1990, 1991, 1994, 1995, 1997, 1999, 2000, 2001, 2003) seguida de Ilse Scherer-Warren (1986, 1993, 1994), Ricardo Antunes (1993, 1995, 1999, 2000, 2004), Eder Sader (1988), e o sociólogo e cientista político Emir Sader (1995, 2003).

Isto nos informa que na área do serviço social, os autores da perspectiva crítica são a referência. Em se tratando de autores de áreas afins, que discutem movimentos sociais, a interlocução do serviço social é extremamente reduzida. É evidente a ausência dos debates presentes nestes espaços, o que nos leva supor que o

serviço social se apropria de determinadas teorias muitas vezes de forma acrítica, como verdades estabelecidas. Com isto perde toda a riqueza do debate e das possibilidades de poder, a partir da própria profissão, contribuir no mesmo.

A origem dos estudos socializados

Outra preocupação da pesquisa foi identificar a origem dos trabalhos: se resultado de teses, dissertações, de trabalhos de grupo de pesquisas ou se do exercício direto da profissão. Num olhar atento aos 128 trabalhos, a pesquisa revelou que:



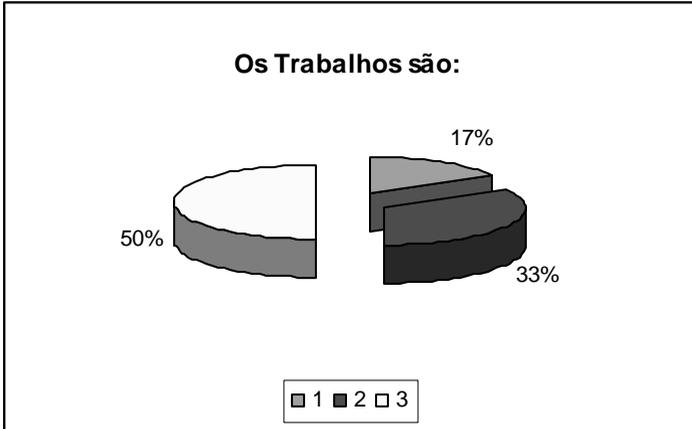
Quadro 2: Origem dos trabalhos

1. Resultado de Pesquisas de Grupos de Pesquisas (22 trabalhos)
2. Teses de Doutorado (18 trabalhos)
3. Dissertações de Mestrado (22 trabalhos)
4. Outros (66 trabalhos)

O quadro acima nos revela a origem dos trabalhos publicados: trabalhos majoritariamente produzidos no seio da

academia (60%). Este dado cresce ainda mais quando analisamos o item “Outros”: verificamos que dos 66 trabalhos, 56 estão ligados a parcerias com Instituições de Ensino Superior. Apenas 10 trabalhos têm sua origem pautada exclusivamente na atitude investigativa que orienta o exercício profissional.

Quando nos perguntamos de que tratam os trabalhos apresentados, a análise destes nos informa que:



Quadro 3: Conteúdo dos trabalhos

1. Relatos de Experiência (18 trabalhos)
2. Debate Teórico (44 trabalhos)
3. Pesquisa de Campo (66 trabalhos)

A pesquisa ainda demonstrou que 69% destes trabalhos privilegiaram a dimensão micro social e 31% a perspectiva macro social.

Considerações Finais

Em tempos mais recentes, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na sua Política Nacional de Fiscalização, explicita a articulação exercício profissional, movimentos sociais e organizações populares. A referida Política Nacional de Fiscalização diz que o Serviço Social deve:

contribuir nos diferentes espaços para consolidar princípios e ações que banalizam a luta dos movimentos sociais populares. Incentivar no exercício profissional o diálogo com os movimentos sociais. Promover espaços de debates com os movimentos populares. Defender a reforma agrária e o direito a moradia e o apoio ao Movimento dos Trabalhadores do Sem Terra e Sem Teto (CFESS, 2007)

Entendemos, sem dúvida, que se trata de uma política fundamental, mas, somente isto é necessário? Não está a profissão desafiada a se reaproximar dos movimentos sociais enquanto espaços de exercício profissional? Marilda Iamamoto vem reiteradamente destacando em textos recentes, a necessidade urgente da profissão de desenvolver práticas de educação popular, de organização da população, de intensificação de práticas que contemplem a democracia participativa direta.

Também é desafio para autores do serviço social que discutem movimentos sociais ampliar os interlocutores das áreas afins que debatem o tema. Acompanhar o balanço do debates já feito sobre as distintas teorias de movimentos sociais, o que colocam de novo, quais os novos elementos a considerar, etc.

E, finalmente, nós mesmos desenvolver nossa capacidade de ultrapassar a posição de sistematizadores de conhecimento de áreas afins na direção de construção de um debate mais profícuo, a partir da leitura que a profissão tem acerca dos movimentos sociais, por sua relação, seja enquanto profissional, seja enquanto pesquisador com estes.

É fato que a relação dos movimentos sociais, em especial os movimentos urbanos, com o Estado modificou-se significativamente na entrada do milênio à medida que as formas de participação direta foram se institucionalizando (conselhos de direitos e de políticas, orçamentos participativos, planos diretores, conferências, audiências públicas, etc.).

A participação social e os processos de descentralização passaram a se dar nos espaços construídos no interior da sociedade política (não só), cujos interesses e regras têm sido estabelecidos principalmente pelos dirigentes dos órgãos públicos.

Entretanto, as ações e as conquistas no âmbito do Estado pelos movimentos sociais urbanos indicam que estes continuam interferindo nas políticas públicas por meio da formulação de propostas de programas e mecanismos de negociação e pressão, sendo elementos cruciais para a democratização das instâncias estatais e de acesso aos direitos urbanos. É urgente pois que a profissão tenha um quadro mais amplo e atualizado acerca das teorias dos movimentos sociais hoje, bem como uma nova percepção acerca destes, de forma a contribuir efetivamente com esta profissão que se diz comprometida com as forças democráticas e participativas que buscam um novo mundo possível.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *A CUT entre o Classismo e a Social Democracia*. In: NETO, Sabestião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta, 1993.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, Autores Associados, 2004.

_____. *Adeus ao trabalho?* – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo de trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. 7ed. 2000.

_____. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ABESS/CEDEPSS – *Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional*. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. In: Cadernos ABESS n.7. São Paulo: Cortez, 1997.

Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. *O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania*. Brasília: ABEPSS, 2000.

Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2002.

Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2004.

Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2006.

Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2008.

BRASIL. *Regulamentação da profissão* – Lei n. 8662/93

CARVALHO, Denise B. de, SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. *Serviço Social, Pós Graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS/ABEPSS/ENESSO. *10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD ROM do evento

CFESS/ABEPSS/ENESSO. *11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*: CFESS, 2004. CD ROM do evento

CFESS/ABEPSS/ENESSO. *12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*: CFESS, 2007. CD ROM do evento

CFESS. Resolução 512/07 de 29/09/2007. Reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.

GOHN, Maria da Glória. *Comunidade: a volta do mito e seus significados*. In: Serviço Social & Sociedade n°32, ano XI. São Paulo, 1990.

_____. *Conselhos Gestores e participação sócio-política*. Coleção questões da nossa época; v. 84. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Conselhos Populares e participação popular*. In: Serviço Social & Sociedade n° 34, v.11. São Paulo: 1990.

_____. *Estudo Comparativo sobre três formas de organização popular*. In: Serviço Social & Sociedade n°33, ano XI. São Paulo, 1990.

_____. *História dos Movimentos Populares*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *História dos Movimentos Sociais e lutas sociais*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

_____. *História dos Movimentos Sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *Movimentos Sociais e a luta pela moradia*. São Paulo: Ed; Loyola, 1991.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997. 2ª Ed. 2000.

_____. *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 2003. e 1ª edição 1997.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998. e 2ª Ed. 1999. e 6ª Ed. 2003.

_____. *O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social*. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade*; In: *CFESS; Atribuições privativas em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis*. ABEPSS 2 ed. Ano 2, n.3, Brasília: ABEPSS/Odisséia, 2004.

_____ e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, CELATS, 1985.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas*. Revista Serviço Social & Sociedade. N° 57, Ano XIX. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

_____ (org). *Pesquisa qualitativa – Um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 1ª e 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002 e 2005.

NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999, p. 91-110.

_____. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. In: Revista Serviço Social & Sociedade n° 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Projeto de formação profissional - Proposta básica para o Projeto de formação Profissional*. Cadernos ABESS n. 6, 7 e 8.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

_____. *A vingança da história*. São Paulo: [Boitempo Editorial](#), 2003.

SCHERER- WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil*. In: São Paulo em Perspectiva, v.8. São Paulo: Revista da Fundação Seade, 1994.

_____ e REIS, M. J. *As barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social*. Boletim de Ciências Sociais. UFSC, Florianópolis, n.42, p.25-48, 1986.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *O Serviço Social e o popular: registro teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa na educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

Recebido em 13/06/11
e aceito em 29/09/2011

Title: *The social movements theme in spaces for announcement and knowledge socialization in Social Work in the first decade of the millennium*

Abstract: *This study is the partial result of research carried out by MOSCOPSS – Contemporary Social Movements, Sector Social Policies and Social Work – of the Social Work Department of UFSC. It presents the quantitative results regarding the social movements theme in the first ten years of the millennium in papers published in events promoted by the professional category: the Brazilian Conferences of Social Workers and the National Meetings of Research in Social Work. The data collected allow stating that the theme has not completely disappeared in these spaces of knowledge socialization, even though the profession has had a profound detachment from it, which is the result of theoretical references that guide the reflections on the theme in the profession.*

Key words: *Social Movements; Social Service; Knowledge Production and Socialization.*

